

UM DIA NA VIDA DO IPA

Raquel Garcia e Francois Odendaal

Na costa de Angola vive um grande número de pessoas, muitas das quais se deslocaram do interior do país durante os trinta anos de guerra. As comunidades costeiras são pobres e fortemente dependentes dos recursos marinhos. Com a chegada da paz, o desenvolvimento do país está a ganhar passo, tornando-se necessárias novas estruturas de planeamento e implementação. Esta é, pois, a altura ideal para discussões sobre como envolver mais as comunidades na gestão sustentável dos seus recursos e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução da pobreza e a garantia de segurança alimentar.

Este documento, curto e bastante informal, descreve resumidamente algumas das impressões de uma equipa da EcoAfrica que visitou uma pequena parte das regiões costeiras de Angola sob os auspícios do Programa BCLME e em colaboração com o [Instituto para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal \(IPA\)](#). Durante o período 17-28 de Novembro de 2003, o Dr. Odendaal, o Dr. Claudio Velasquez e a Sra. Raquel Garcia visitaram as províncias de Luanda e Bengo. Tivemos oportunidade de participar em discussões com membros das comunidades, o IPA, ONGs locais e outras organizações. O relatório completo dos nossos resultados estará disponível junto do [Assessor Técnico Principal](#) e será publicado em DLIST (www.dlist.org).

O principal meio de subsistência das comunidades costeiras é a pesca artesanal. Enquanto os homens desempenham as actividades de pesca, as mulheres são responsáveis pela transformação e venda de pescado. Sendo um instituto para a promoção e desenvolvimento da pesca artesanal, o IPA mantém uma relação próxima com as comunidades costeiras, ajudando-as a explorar os recursos marinhos de forma sustentável para satisfazer as suas necessidades. Um modo de atingir este objectivo é através das cooperativas de pescadores, um sistema que está a ser cada vez mais adoptado em Angola para fazer a ponte entre as comunidades e o Governo. As cooperativas são estabelecidas pelos membros da comunidade, tornando-se entidades legais com a publicação oficial dos seus estatutos. Acompanhados pelo Sr. Joaquim Afonso Pedro, chefe dedicado do Departamento de Apoio às Comunidades Piscatórias do IPA, tivemos o privilégio de visitar cooperativas em Buraco, Sarico, Barra do Dande e Ambriz.

Buraco



A comunidade do Buraco situa-se a sul de Luanda, a poucas horas de viagem. É uma das comunidades piloto do IPA. No encontro entre membros da cooperativa, a EcoAfrica e o IPA, foram realçados os problemas que os pescadores enfrentam. Estabelecida em 2000, a Cooperativa de Pescadores Artesanais do Buraco recebeu assistência do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (FADEPA) na forma de embarcações novas. No entanto, este crédito do FADEPA não foi

acompanhado de formação adequada sobre manutenção das embarcações, o que levou a uma utilização sub-óptima e até problemática das embarcações. Para além disto, faltam utensílios de pesca suficientes e infraestruturas de apoio, tais como locais de desembarque, tarimbas para a seca do peixe e caixas isotérmicas.

Uma visita à linha da costa na comunidade permitiu-nos observar e filmar a chegada das embarcações de pesca. A comunidade conta actualmente com 35 embarcações, de 3 a 8 metros, e 13 motores. O método utilizado é a pesca à rede de malha, mas alguns pescadores recorrem também ao arrasto de praia. O peixe é desembarcado na praia e o pescado é dividido de acordo com quem o capturou. Parte das capturas é posta de parte para consumo, sendo a restante parte preparada pelas mulheres para a seca. Na comunidade vende-se peixe fresco e seco, mas apenas peixe seco é transportado para venda em Luanda.

A vida na comunidade é difícil. Numa volta pela comunidade, os membros da cooperativa explicaram que a população (a comunidade tem 866 habitantes) não tem acesso a água potável, tendo que percorrer uma distância considerável para conseguir água salobra. As duas escolas da comunidade são meras cabanas criadas pela cooperativa e não satisfazem as necessidades em termos de educação. O posto de saúde mais próximo fica situado a 20 km de distância. Os membros da comunidade consideram que as suas maiores dificuldades são a falta de uma base física para a cooperativa (incluindo locais de desembarque e uma plataforma para a transformação do pescado), falta de cuidados de saúde, escolas inadequadas, estrada de acesso insatisfatória, falta de água potável e número insuficiente de redes e motores. Os pescadores destacaram a necessidade de materiais de pesca, da melhoria das condições de trabalho e de formação.

Tornou-se evidente que existe uma boa relação entre o IPA e as comunidades. Os membros executivos da cooperativa são indivíduos bastante motivados e genuinamente preocupados com o bem-estar da comunidade. Todos têm filhos. A falta de meios de subsistência é evidente em qualquer sítio da comunidade, onde alguns programas básicos como a gestão de resíduos sólidos melhorariam a saúde ambiental. Existem hortas rudimentares, o que poderá ser o ponto de partida para uma dieta mais equilibrada. O facto de que os pescadores têm um sistema implementado e contam com um recurso pesqueiro saudável é um aspecto muito positivo.

Sarico



Tal como a maioria das comunidades costeiras, o principal meio de subsistência em Sarico é a pesca. Localizada a norte de Lunada, Sarico tem 2 605 habitantes e 800 pescadores. Existem duas cooperativas de pescadores artesanais estabelecidas em Sarico com 50 membros cada, a Cooperativa de Pescadores Paz de Sarico-I, S.C.R.L. e a Cooperativa de Pescadores da Camungua, S.C.R.L.. Cada cooperativa tem os seus próprios estatutos e é composta por um conjunto de comissões: produção e

comercialização; poupança e crédito; segurança no mar; educação, alfabetização e recreação; e saúde e ambiente.

A comunidade de Sarico, e as duas cooperativas em particular, sempre demonstraram um grande interesse e colaboraram em iniciativas relacionadas com avaliação de necessidades e capacitação. O IPA promoveu acções de formação na comunidade, dedicadas à criação de empresas e cooperativas e à liderança. Em colaboração com a ONG nacional Grupo de Apoio aos Povos Carentes (GAPC), o IPA prestou assistência na criação das cooperativas. O GAPC aplicou ainda métodos de investigação comunitária participativa para avaliar as necessidades da cooperativa.

Neste contexto, a comunidade mostrou-se muito receptiva à visita da EcoAfrica, IPA e GAPC. Uma visita à linha de costa permitiu-nos observar o arrasto de praia e o desembarque do pescado na areia. Na falta de motores e utensílios de pesca suficientes, os pescadores ficam restringidos à pesca à rede perto da costa e ao arrasto de praia. Enquanto a pesca à rede perto da costa resulta em capturas mais reduzidas e é dificultada pela proximidade de grandes navios de arrasto, o arrasto de praia é uma prática proibida que resulta em capturas de peixe de tamanho abaixo do aconselhável. No entanto, o arrasto de praia é praticado dada a falta de alternativas e para garantir alimento. O pescado é salgado e seco para venda, sendo uma pequena porção de peixe fresco vendida na comunidade. Para além da pesca costeira, a comunidade pratica a cultura de *Tilapia* no sistema de lagoas de Panguila, a escassos quilómetros do centro da comunidade. Para mostrar que está sensibilizada para a importância da conservação, a comunidade libertou uma tartaruga marinha que tinha sido apanhada nas redes.

Uma segunda visita a Sarico foi motivada pela vontade da comunidade em participar em acções práticas que possam ajudar os seus membros na obtenção de apoio para projectos comunitários. Os membros da cooperativa, o IPA, o GAPC e a EcoAfrica participaram na preparação do plano integrado da comunidade. O objectivo foi estimular a discussão sobre as cooperativas e as suas necessidades, bem como recolher informação relevante num documento que possa ser apresentado a doadores e outros potenciais parceiros. Os representantes do IPA e do GAPC coordenaram o exercício, baseado em Métodos Activos de Investigação Comunitária Participativa. Os membros da comunidade identificaram os seus principais problemas, ordenaram-nos de acordo com a sua importância e identificaram forças e fraquezas relacionadas com o capital humano, físico, natural, social e financeiro. A última fase da sessão foi dedicada à preparação de um plano comunitário descrevendo as actividades, custos, fontes de financiamento, calendário e métodos de monitorização necessários para satisfazer as necessidades identificadas.

As principais necessidades identificadas durante esta sessão incluíram a formação e instalações para a manutenção e reparação de equipamento de pesca, locais de desembarque adequados, áreas e equipamento para a transformação e venda de pescado, e instalações de refrigeração. Para além disto, a comunidade não tem acesso a água potável e não dispõe de postos médicos e escolas. Em algumas crianças eram evidentes sinais de doenças de pele e de malnutrição. É lamentável que uma comunidade tão perto de um recurso tão rico tenha que suportar estas dificuldades.

Barra do Dande



A pesca artesanal é igualmente a principal actividade na comunidade da Barra do Dande, na Província do Bengo, ainda que o potencial turístico da região esteja cada vez mais a ser aproveitado. Após uma visita informal à Administração Comunal, o IPA e a EcoAfrica reuniram-se com membros da Cooperativa de Pescadores da Barra do Dande, S.C.R.L. Mukengeji. O Dr. Odendaal da EcoAfrica e um membro da cooperativa chamado “Manita” já se tinham encontrado antes num encontro do programa BCLME na Namíbia. O que o Sr. Manita explicou em Swakopmund pôde ser observado em primeira mão na Barra do Dande. Ficámos verdadeiramente impressionados com o que vimos em termos de dedicação e do modo como os membros da cooperativa encaram os seus recursos e a comunidade, bem como com os seus esforços para melhorar as condições de vida da comunidade.

Criada e legalizada em 2001, a cooperativa atingiu um nível de organização elevado e eficaz. O IPA apoiou a criação da cooperativa e mantém uma relação saudável com a mesma. A formação de 90 dias sobre criação de micro-empresas, frequentada pelo presidente e vice-presidente, contribuiu significativamente para a implementação da estrutura organizativa da cooperativa. A cooperativa mantém registos diários, semanais e mensais das capturas por espécies. Para cada embarcação, existe um registo do combustível gasto, abono pago aos pescadores, peso e valor das capturas. A cooperativa tem uma conta bancária e espera, no futuro, utilizar este fundo para a melhoria das condições de vida da comunidade.

Na espaçosa unidade operativa da cooperativa existe uma área para a reparação de redes, uma plataforma na sombra para a divisão e transformação de pescado, uma área com tarimbas para a seca do peixe, uma área fechada onde o pescado é pesado e vendido, uma área de escritório para a gestão financeira e das capturas e, ainda, uma área para armazenamento. Existem 11 embarcações privadas e 11 motores na cooperativa. A manutenção das embarcações é efectuada quer no local quer em Luanda, por mecânicos contratados fora da comunidade. Os pescadores mostraram-nos os motores que haviam recebido do Governo na semana anterior, bem como o sistema de registo de dados.

Segundo o Presidente, a cooperativa tem sido um sucesso apesar dos problemas causados pelos navios industriais de arrasto que operam perto da costa. Esta é uma história de sucesso no sistema de cooperativas em Angola e deveria ser utilizada para a melhoria de outras cooperativas, através de visitas de intercâmbio e formação promovida pela Cooperativa Mukengeji.

Ambriz



A Cooperativa Sanga Kia N’Ganga, na comuna de Ambriz, beneficiou de um projecto PNUD/BP Amoco/Equator Bank e representa outra história de sucesso, ainda que o projecto tenha os seus problemas. O IPA e a EcoAfrica visitaram a unidade operacional da cooperativa, onde existe espaço para a reparação de redes, instalações de transformação e refrigeração e uma área de escritórios. A cooperativa tem actualmente 83 membros e 10 barcos de fibra de vidro. O trabalho é executado em grupos de 4 a 5 membros, tendo cada grupo recebido crédito e um *kit* com material de pesca.

Uma visita ao local de desembarque e uma viagem num barco de pesca deram-nos uma visão clara das actividades de pesca em Ambriz. O método usado é a pesca à rede. Os níveis de produção têm sido mais baixos do que esperado devido ao facto das embarcações concedidas pelo projecto serem demasiado pequenas para as difíceis condições no mar, especialmente na época das chuvas. Os pescadores arriscam a vida no mar alto e são, por vezes, forçados a pescar na Província do Zaire. Para além disto, os grandes navios de arrasto destroem muitas vezes as redes dos pescadores.

Numa reunião com membros da cooperativa, foram mencionados e discutidos com o representante do IPA outros problemas da cooperativa. Dada a necessidade de reforçar a capacidade da cooperativa, o PNUD planeou um segundo projecto para um período de 3 anos, que inclui a revitalização das actividades de pesca, agricultura e produção salina; formação de mulheres e outros habitantes sobre gestão de vendas; apoio e capacitação na cooperativa; implementação de projectos integrados em comunidades seleccionadas; e apoio e capacitação de pessoal do IPA ligado ao projecto.

Ambriz situa-se 185 km a norte de Luanda e tem uma população de 15 000 habitantes. O município tem uma grande tradição piscatória. Aproximadamente 11 500 pessoas vivem da pesca, produção de sal e agricultura de subsistência. No entanto, outros meios de subsistência serão em breve desenvolvidos, tais como o turismo. Existe uma rica herança histórica dos colonizadores holandeses e portugueses e, segundo o Administrador Municipal de Ambriz, o interesse pelo turismo está a crescer. É extremamente importante assegurar um planeamento turístico adequado agora, antes que se desenvolvam tendências que poderão ser difíceis de quebrar mais tarde.

Em resumo

As nossas impressões são as seguintes:

1. O Governo Angolano, pelo menos na forma do IPA e outras instituições tais como o FADEPA, está empenhado na redução da pobreza nas comunidades piscatórias. Observámos este empenho em primeira mão e, de acordo com a nossa experiência, consideramos a dedicação do IPA às comunidades costeiras mais elevada do que a de departamentos ou agências governamentais de muitos outros países costeiros que visitámos ou onde trabalhamos. Testemunhámos igualmente esta preocupação pelas comunidades costeiras em níveis mais elevados do governo. Surpreendeu-nos e

impressionou-nos o facto de que o governo reservou os recursos marinhos para as comunidades numa larga zona de 3 km que se estende para o mar desde a linha da costa.

2. O sistema de cooperativas é uma ferramenta poderosa para criar meios de sustento e entregar a gestão sustentável dos recursos marinhos às comunidades. Todas as partes com que interagimos encaram o sistema de cooperativas com seriedade e tanto o governo como as pessoas estão empenhados em fazê-lo funcionar. O sistema deve, assim, ser encorajado e continuamente melhorado. Os doadores não devem hesitar em apoiar este sistema, tanto em larga escala como concentrando-se em cooperativas individuais como pilotos. Se, por um lado, os recursos reservados para as comunidades forem explorados de maneira sustentável e, por outro lado, os meios para a sua utilização em benefício das comunidades forem desenvolvidos adequadamente, então a pobreza poderá ser erradicada das comunidades costeiras de Angola. Os doadores devem aceitar este desafio. O sistema de cooperativas constitui uma oportunidade para ajudar centenas de milhares de pessoas e uma geração inteira de crianças do pós-guerra angolano.
3. Uma abordagem com duas vertentes poderá produzir bons resultados. Por um lado, o IPA e os seus parceiros locais deverão ser fortalecidos. O IPA tem uma estrutura sólida montada em que esse fortalecimento pode ocorrer. Por outro lado, poderá ser dada assistência em pequena escala a cooperativas, caso a caso, através das intervenções mais necessárias, e muitas vezes simples, como uma plataforma de desembarque, um local na sombra para a transformação do peixe, entre outras. As comunidades que visitámos estão conscientes das suas necessidades e prontas para aproveitar ao máximo a assistência material sob orientação de ONGs locais ou mesmo do IPA.
4. A formação parece ser um requisito importante para uma organização eficaz das cooperativas. As cooperativas que visitámos reconhecem a necessidade de formação e estão familiarizadas com a construção de simples estruturas de planeamento. Em conjunto com membros dedicados da comunidade, o IPA lançou já uma base forte sobre a qual se pode trabalhar, a diferentes níveis dependendo da comunidade em questão. A troca de experiências deverá ser encorajada sempre que possível. A Barra do Dande pode ser utilizada como um exemplo ou mesmo como um centro de formação. Uma visita de intercâmbio ao Chile, onde o sistema de cooperativas está bem estabelecido e completamente enraizado, poderia trazer benefícios para o pessoal do IPA e para membros de cooperativas seleccionados.
5. As cooperativas constituem um meio para os pescadores reunirem os seus recursos e esforços. Tanto quanto pudemos observar, esta abordagem colectiva é apropriada e amplamente apoiada pelas comunidades. O colectivismo não deverá ser visto como uma abordagem que desencoraja o mercado livre. Pelo contrário, as cooperativas poderão ser vistas como pioneiros poderosos de negócios que poderão evoluir no tempo. Aliás, as cooperativas devem ser encorajadas para se orientarem mais para o negócio, de modo a gerarem receitas que possam ser investidas na melhoria das condições de vida das comunidades e de modo a diminuir a dependência do apoio do governo e doadores, que poderá então ser aplicado em comunidades noutros locais.